



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:
(DO SR. TELMO KIRST)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Obriga condomínios de edifícios comerciais a adaptarem áreas comuns para o trânsito de portadores de deficiência de locomoção.

DESPACHO: 21/05/98 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 5.993, DE 1990)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 12/06/98

REGIME DE TRAMITAÇÃO

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 4.540, DE 1998
(DO SR. TELMO KIRST)

Obriga condomínios de edifícios comerciais a adaptarem áreas comuns para o trânsito de portadores de deficiência de locomoção.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 5.993, DE 1990)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apense-se ao FL. 5993/98

Em 21/05/98

PRESIDENTE

Projeto de Lei n.

4540/98

Do Sr. Telmo Kirst

Obriga condomínios de edifícios comerciais a adaptarem áreas comuns para o trânsito de portadores de deficiência de locomoção.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Os condomínios de edifícios com moradores portadores de deficiência de locomoção, os que tenham mais de 40 apartamentos ou compostos de salas, lojas e logradouros comerciais, ou de diversão pública, mesmo em uma só unidade, deverão estar adaptados ao trânsito de portadores de deficiência de locomoção, em todas as áreas coletivas.

Art. 2º A falta de cumprimento do disposto nesta lei implicará em multa aplicável ao condomínio, da responsabilidade solidária de todos os moradores, proprietários e locatários. Parágrafo único. A multa de que trata esta lei corresponderá sempre ao equivalente ao preço em reais, da adaptação necessária do edifício ao trânsito de portadores de deficiência de locomoção.

Art. 3º As rampas, dispositivos técnicos e condições de adaptação ao trânsito de portadores de deficiência de locomoção deverão conformar-se com determinações e demandas das organizações sociais de interesse público legalmente reconhecidas.

Art. 4º Os edifícios novos ou usados terão o prazo de doze meses para o atendimento ao disposto na presente lei, prorrogável mediante solicitação com exposição de razões e demonstração escrita da existência de condições do cumprimento, por parte dos responsáveis, do dispositivo legal, em igual prazo ao predeterminado.

Art. 5º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, com a ressalvas referidas no artigo 4º, revogadas as disposições em contrário.



JUSTIFICAÇÃO

É surpreendente verificar-se ao final do segundo milênio, no limiar do século XXI, quando supostamente os direitos humanos são ampla e francamente reconhecidos, que os cidadãos portadores de deficiência física ainda são tratados como inferiores ao demais. Pagam impostos, trabalham e produzem porque seus próprios esforços os conduziram a dominar várias de suas limitações, por meio de técnicas, por aglutinação social de solidariedade em que descobriram métodos adequados para o exercício de profissões, mas não lograram convencer seus semelhantes de suas necessidades de locomoção.

Ainda em recente reportagem a sociedade organizada em torno do interesse dos portadores de deficiência de locomoção promoveram em Brasília uma espécie de gincana demonstrativa. Convidaram engenheiros, arquitetos e outros profissionais responsáveis ou partilhando a responsabilidade da construção e desenho das cidades para verifica com sua própria vivência as dificuldades que experimentam no seu dia a dia. Não têm acesso aos transportes coletivos, nem aos taxis, nem às calçadas, nem à maioria das casas comerciais, e centros de compras. Isso para não falarmos de repartições públicas, elevadores e casas de diversões.

É preciso reconhecermos que os portadores de deficiência não são uma exceção rara, mas um contingente grande de cidadãos. É necessário lembrarmos que mesmo os que não têm uma deficiência permanente, pelo menos algumas vezes em sua vida têm dificuldade de locomover-se quando doentes. Quem não experimentou a dificuldade de acompanhar um parente enfermo pelas vias públicas, pelas repartições e centros de compras ou de atendimento comercial, inclusive de consultórios médicos?

É em nome desses consumidores, cidadãos como nos outros, que submeto a meus pares a obrigatoriedade de que todos sejamos solidários e adaptemos nossos prédios e logradouros públicos, quando sujeitos à probabilidade de freqüência de pessoas necessitadas de dispositivos próprios. Quero instar meus pares da Câmara dos Deputados, pelo menos à discussão do assunto para não me envergonhar da próxima vez que perceba que uma cadeira de rodas não pode chegar ao meu escritório, ou ao meu apartamento, ou a um consultório médico.

Sala das Sessões, em

21-05-98.

Deputado Telmo Kirst



13006* "COPY" SOLICITADA POR SIGRID

SIGRID TAPAJÓS TÁVORA
SIGRIDSEARCH - QUERY
00007 LOGRADOURO/ W DEFICIEN/

PL 059931990 DOCUMENT= 14 OF 14

IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PLS 00063 1989 PROJETO DE LEI (SF)
ORGAO DE ORIGEM : SENADO FEDERAL 06 12 1990

CAMARA : PL 05993 1990

AUTOR SENADOR : JUTAHY MAGALHÃES PMDB BA

EMENTA DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO DE LOGRADOUROS, DE EDIFÍCIOS DE USO PÚBLICO E DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO, A FIM DE GARANTIR ACESSO ADEQUADO AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 227, PARÁGRAFO SEGUNDO, E 244 DA CONSTITUIÇÃO. (REGULAMENTANDO DISPOSITIVOS DA NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL).

INDEXAÇÃO NORMAS, CONSTRUÇÃO, PRAZO, ADAPTAÇÃO, LOGRADOURO PÚBLICO, EDIFÍCIO, USO PÚBLICO, FABRICAÇÃO, VEÍCULOS, TRANSPORTE COLETIVO, ÔNIBUS, TREM, FACILITAÇÃO, ACESSO, PESSOA DEFICIENTE, DEFICIENTE FÍSICO, EXCEPCIONAL, AUTORIZAÇÃO, PESSOA FÍSICA, PESSOA JURÍDICA, ABATIMENTO, DESPESA, IMPOSTO DE RENDA, CUMPRIMENTO, DISPOSITIVOS, CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

DESPACHO INICIAL

(CD) COM. SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)
(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)
(CD) COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)
(CD) COM DESENV. URBANO INTERIOOR (CDUI)*Plenário*

PROPOS-ANEXADAS

PL 01190 1988 PL 01281 1988 PL 02702 1989 PL 00952 1991
PL 01027 1991 PL 01721 1991 PL 02872 1992 PL 03037 1992
PL 03112 1993 PL 02102 1996 PL 02800 1997

ULTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES
15 04 1998 (CD) COM DESENV. URBANO INTERIOOR (CDUI)
RELATOR DEP ANTONIO CARLOS PANNUNZIO.

TRAMITAÇÃO

06 12 1990 (CD) MESA DIRETORA
DESPACHO A CCJR (ADM) E CSSF.
06 12 1990 (CD) PLENARIO (PLEN)
LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATÉRIA.
DCN1 07 12 90 PAG 13753 COL 01.
09 04 1991 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)
RELATOR DEP CLEONANCIO FONSECA.
DCN1 01 05 91 PAG 5106 COL 03.
15 05 1991 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)
PARÉCER DO RELATOR, DEP CLEONANCIO FONSECA, PELA
CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA,
COM SUBSTITUTIVO, DESTES E DOS PL 1190/88, PL 1281/88 E
PL 2702/89.
VISTA AO DEP EDEN PEDROSO.
03 10 1991 (CD) MESA DIRETORA
DESPACHO A CSSF E CCJR (ARTIGO 54 DO RT).
REDISTRIBUIDO RESOLUÇÃO 10/91.
24 03 1992 (CD) COM. SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)
RELATOR DEP IVANIO GUERRA.
DCN1 26 03 92 PAG 4845 COL 01.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

04 05 1992	(CD) COM. SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF) PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR, DEP IVANIO GUERRA, A ESTE PROJETO E AOS APENSADOS, COM SUBSTITUTIVO.
21 10 1992	(CD) COM. SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF) APROVAÇÃO UNÂNIME DO PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR, DEP IVANIO GUERRA, COM SUBSTITUTIVO A ESTE E AOS SEUS APENSADOS. DCN1 05 11 92 PAG 24131 COL 01.
12 11 1992	(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR) RELATOR DEP ANTONIO DE JESUS.
05 04 1993	(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR) REDISTRIBUÍDO AO RELATOR, DEP OSVALDO MELO. DCN1 06 04 93 PAG 6986 COL 01.
01 09 1993	(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR) APROVAÇÃO UNÂNIME DO PARECER PRELIMINAR DO RELATOR, DEP OSVALDO MELO, PELO ENCAMINHAMENTO DESTES E DOS PL 1190/88, PL 1281/88, PL 2702/89, PL 952/91, PL 1027/91, PL 1721/91, PL 2872/92, PL 3037/92, PL 3112/92, APENSADOS, DESPACHO A CFT PARA ANÁLISE DO ARTIGO SETIMO DO SUBSTITUTIVO DA CSSF. DCN1 14 05 94 PAG 7685 COL 01.
20 09 1993	(CD) MESA DIRETORA DEFERIDO OF 426-P/93, DA CCJR, SOLICITANDO O ENCAMINHAMENTO DESTES PROJETO À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 140 DO REGIMENTO INTERNO. DCN1 21 09 93 PAG 19956 COL 01.
08 10 1993	(CD) COM. FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT) RELATOR DEP GERMANO RIGOTTO. (AUDIÊNCIA). DCN1 12 10 93 PAG 21901 COL 01.
01 12 1993	(CD) COM. FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT) PARECER DO RELATOR, DEP GERMANO RIGOTTO, PELA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E, NO MÉRITO, PELA REJEIÇÃO.
07 03 1995	(CD) COM. FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT) RELATOR DEP GERMANO RIGOTTO. DCN1 08 03 95 PAG 2775 COL 02.
08 03 1995	(CD) COM. FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT) PARECER DO RELATOR, DEP GERMANO RIGOTTO, PELA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E, NO MÉRITO, PELA REJEIÇÃO DO ARTIGO SETIMO DO SUBSTITUTIVO DA CSSF. DCN1 16 03 95 PAG 3505 COL 01.
15 03 1995	(CD) COM. FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT) APROVAÇÃO UNÂNIME DO PARECER DO RELATOR, DEP GERMANO RIGOTTO, PELA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E, NO MÉRITO, PELA REJEIÇÃO DO ARTIGO SETIMO DO SUBSTITUTIVO DA CSSF.
28 03 1995	(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR) RELATOR DEP JOSE REZENDE. DCN1 29 03 95 PAG 4756 COL 01.
20 03 1996	(CD) MESA DIRETORA OF 24/96, DA CCJR, SOLICITANDO AUDIÊNCIA DESTES PROJETO PARA A CVT E CDCHAM, NA FORMA DO ARTIGO 140 DO RI.
24 04 1996	(CD) MESA DIRETORA DEFERIDO OF P 24/96, DA CCJR, SOLICITANDO AUDIÊNCIA DESTES PROJETO PARA A CVT E CDUI, NA FORMA DO ARTIGO 140 DO RI. DCD 25 04 96 PAG 11098 COL 02.
19 03 1996	(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR) APROVAÇÃO UNÂNIME DO PARECER PRELIMINAR DO RELATOR, DEP JOSE REZENDE, PELA DISTRIBUIÇÃO DO PROJETO, A CVT E CDUI, PARA A APRECIÇÃO DO MÉRITO. DCD 16 05 96 PAG 0025 COL 02.
30 04 1996	(CD) COORD. COMISSÕES PERMANENTES (CD) (SCP) ENCAMINHADO A CVT.
08 05 1996	(CD) COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATOR DEP ANTONIO BRASIL.
DCD 20 06 96 PAG 17818 COL 02.
REDISTRIBUIDO AO RELATOR, DEP OSCAR ANDRADE.
01 10 1997 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OF 130/97, DA CVT, SOLICITANDO A RECONSTITUIÇÃO
DESTE PROJETO E SEUS APENSADOS.
24 04 1997 (CD) COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)
REDISTRIBUIDO AO RELATOR, DEP OSCAR ANDRADE.
DCD 25 04 97 PAG 10748 COL 02.
05 11 1997 (CD) COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)
PARECER FAVORAVEL DO RELATOR, DEP OSCAR ANDRADE,
COM EMENDA.
26 11 1997 (CD) COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)
PARECER, ORA REFORMULADO, FAVORAVEL DO RELATOR,
DEP OSCAR ANDRADE, COM SUBSTITUTIVO.
03 12 1997 (CD) COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)
APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER, ORA REFORMULADO, FAVORAVEL
DO RELATOR, DEP OSCAR ANDRADE, A ESTE E AOS APENSADOS,
COM SUBSTITUTIVO.

J0601* FIM DE DOCUMENTOS NA LISTA. TECLA ENTER OU OUTRO COMANDO